

É hora de criar um novo Bretton Woods

Por Rana Foroohar

Valor, 19/04/2022

Mercados globais justos e livres requerem valores compartilhados

A secretária do Tesouro dos EUA, Janet Yellen, fez uma coisa importante, e, na maior parte, subdivulgada na semana passada. Ela voltou a ligar o comércio exterior a valores.

Em um discurso no [centro de análise e pesquisa] Atlantic Council em Washington, a secretária defendeu um novo marco regulatório de Bretton Woods e uma reformulação das instituições Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que realizarão seus encontros anuais nesta semana.

Ela também deixou claro que a guerra de Vladimir Putin à Ucrânia e o fato de a China não ter se reunido aos EUA e a mais de 30 países na adoção de sanções contra a Rússia representam o eixo de uma guinada para a economia global.

No futuro, a política comercial dos EUA deixaria de envolver simplesmente deixar os mercados fazerem o que querem ou o que podem, e sim patrocinaria determinados princípios - desde soberania nacional e uma ordem baseada em regras até segurança e direitos do trabalhador. Nas suas palavras, o objetivo dos EUA não deveria ser apenas “o comércio livre, e sim [o comércio] seguro”.

Não se deveria permitir que os países usassem sua “posição de mercado em matérias primas, tecnologias ou produtos fundamentais a fim de ter o poder de desestruturar nossa economia ou de exercer alavancagem geopolítica indesejada”. Isso foi, claramente, uma menção à petropolítica russa, mas poderia abranger facilmente a fabricação de chips por Taiwan ou a retenção, pela China, de terras raras ou, durante a pandemia, de equipamentos de proteção individual.

Yellen cunhou uma nova expressão para esta era pós-liberal: “apoio amigável” [a países aliados]. Os EUA favoreceriam agora “o apoio amigável das cadeias de suprimentos a um grande número de países confiáveis”, que compartilham “um conjunto de normas e valores sobre como operar na economia global”. Também tentariam criar alianças baseadas em princípios em áreas como a de serviços digitais e de regulamentação de tecnologia, semelhantes ao acordo mundial de impostos (encabeçado por ela).

Isso não é os EUA sozinhos nem mesmo os “EUA em Primeiro Lugar”. Mas reconhece, isso sim, a existência de uma economia política na qual o livre comércio só pode ser verdadeiramente livre se os países estiverem operando com valores compartilhados e em igualdade de condições.

Isso é ao mesmo tempo diferente - e, sob alguns aspectos decisivos, não - da era neoliberal que está se extinguindo. O termo “neoliberalismo” foi usado pela primeira vez em 1938, no Colóquio Walter Lippmann em Paris, uma reunião de economistas, sociólogos, jornalistas e empresários que queriam encontrar uma maneira de proteger o capitalismo global do fascismo e do socialismo.

Foi um momento que combinava com o americano sob muitas formas. A Europa tinha sido desmantelada pela Primeira Guerra Mundial. Uma década de política monetária expansiva até 1929 não tinha conseguido encobrir as grandes mudanças políticas e econômicas que tinham criado enormes fissuras nas sociedades. Os mercados de

trabalho e as estruturas familiares estavam mudando. Uma pandemia, a inflação e depois a depressão econômica, a deflação e as guerras comerciais tinham deixado o continente economicamente destruído.

Os neoliberais queriam corrigir esses problemas por meio da conexão entre os mercados globais. Acreditavam que, se o capital e o comércio fossem ligados por meio de uma série de instituições que poderiam pairar sobre os Estados-nação específicos, o mundo seria menos tendente a ceder à anarquia.

Por muito tempo, essa ideia funcionou, em parte porque o equilíbrio entre os interesses nacionais e a economia global não se abalou demais. Mesmo durante a era Reagan-Thatcher, na década de 1980, ainda havia a consciência de que o comércio mundial, em especial, precisava atender ao interesse nacional. Como presidente dos EUA, Ronald Reagan pode ter sido um adepto do livre comércio, mas lançou mão de tarifas contra o Japão, além de apoiar a política industrial (como fizeram, e fazem, a maioria de outros países asiáticos e europeus).

Nos EUA, isso começou a mudar durante o governo Clinton, que orquestrou uma série de acordos de livre comércio que culminaram no ingresso da China na Organização Mundial de Comércio (OMC) em 2001, na esperança de que o país se tornaria mais livre na medida em que ficasse mais rico. Isso, naturalmente, não aconteceu. E agora, finalmente, os dirigentes de vários países reconhecem a realidade do problema “um mundo, dois sistemas”.

Yellen diz esperar que “não acabemos [adotando] um sistema bipolar”, especialmente em vista do quanto a própria China se beneficiou do sistema neoliberal. “Mas surgiram problemas verdadeiros”, reconhece. “A China depende, de muitas formas, das empresas estatais e se envolve em práticas que, na minha opinião, prejudicam deslealmente nossos interesses de segurança nacional”. As cadeias de suprimentos multinacionais “embora tenham se tornado muito eficientes e excelentes em reduzir os custos operacionais, não são resilientes”. Ambos os problemas, diz, têm de ser enfrentados.

Os pontos de tomadas de decisão cruciais de hoje não diferem muito dos enfrentados pelos pensadores neoliberais que criaram o sistema original de Bretton Woods. Eles não começaram com uma ideia de mercados “laissez-faire” operando em prol de si mesmos, e sim com um problema muito humano - como unir um mundo esfacelado pela guerra para construir uma sociedade mais segura, mais coesa, em que a liberdade individual no sentido de livre arbítrio, a liberdade com responsabilidade e vinculada a um sistema de crenças filosóficas e à sociedade como um todo e a prosperidade seriam garantidas. Os mercados não poderiam agir por si sós. Eram necessárias novas regras.

É exatamente nesse ponto que estamos agora. Poder-se-ia argumentar, como eu argumentaria, que está mais do que na hora de promover uma guinada pendular. O capitalismo globalizado, em especial nos últimos 20 anos, simplesmente foi um pouco longe demais em relação às preocupações domésticas em alguns Estados-nações específicos. Países dotados de estruturas políticas, econômicas e até morais radicalmente diferentes não jogaram, todos, de acordo com as mesmas regras mundiais. Sob essas circunstâncias, os mercados justos e livres começam a fazer água. O processo de criar um novo Bretton Woods mal começou. Mas partir de valores que as democracias liberais querem patrocinar é um bom ponto de largada. **(Tradução de Rachel Warszawski)**